

um ou outro que não sou capaz de me recordar agora, a que se agregava outro grupo mais numeroso de colaboradores, mais ou menos assíduos, de entre os quais distinguíamos Virgílio Moreira, Costa Miranda, Costa Leal, Esteves Belo, João Vilela, Fidelino Figueiredo, Silva Falcão, Manuel Belo, Marques da Silva, Ramos Pereira e eu próprio.

Estes, em conjunto, programavam a revista, propunham temas, criticavam a colaboração, etc. Individualmente, estudava-se, reviam-se provas, discutiam-se e escreviam-se artigos. A colaboração da *Revista*, com o tempo, alargava-se e ganhava novos nomes, nacionais e estrangeiros. O serviço de permutas com publicações estrangeiras crescia como nenhum outro em Portugal. Daqueles colaboradores assinalamos alguns como V. Magalhães Godinho, Henrique de Barros, Armando Castro, Ramos da Costa, Gustavo de Castro, Antonino de Sousa, Morbey Rodrigues, Remy Freire, Paes Moraes, Piteira Santos, Joel Serrão, Mário Remédio, Santos Loureiro, B. V. Damalas, Frisch Ragnar, Celso Furtado, José Gallego Diaz, Albert Silbert, Jean Meuvret, Frédéric Mauro e muitos outros.

P — Qual foi a motivação imediata dos estudos que aí publicou?

R — Deixe-me dizer que a razão principal porque escrevi nessa revista centrava-se na necessidade de solidarizar-me e participar na luta contra as condições opressivas e nefastas que reinavam no País.

Devo confessar que, inicialmente, não me sentia inclinado a executar essa missão, através da escrita. Mas aquele empenhamento obrigou-me a estudar, participar em reuniões, conferências, etc., o que pouco a pouco me animou a escrever. Comecei por pequenos comentários, lançando-me depois nas análises sectoriais, monografias, sobre a economia portuguesa, mediante as quais caracterizava e media o sector, definia obstáculos e erros, avançando por fim algumas conclusões. Neste esforço abordei algumas questões de interesse nacional a que já me referi atrás.

P — Com que fito e em que condições publicou em 1961 o seu ensaio *A Indústria Portuguesa e o Condiciona-*

lismo Institucional? Que significado lhe atribui?

R — A prisão e o «juízo» a que eu e os meus amigos e colegas fomos submetidos foi tão ofensivo e lesivo para nós, que, logo que deixei a prisão prometi a mim mesmo que não pararia de lutar enquanto o fascismo existisse em Portugal.

O convite de Câmara Reis, director então da *Seara Nova*, para colaborar na sua revista (1961) foi providencial. Aceitei esse convite com satisfação e comecei a colaborar nos trabalhos da redacção, esta constituída por gente nova e determinada que contrastava com o seu velho director, do qual, entretanto, vim a reconhecer depressa forte personalidade, bem jovem e combativa.

Nas suas páginas foram publicados alguns escritos meus, mas sempre que tinha de os assinar fazia-o com pseudónimos (Chaves Monteiro, Pinto de Almeida, Guilherme Mota, que me lembre). Só mais tarde passei a assinar os meus escritos.

Nessa altura, fiquei chocado com as dificuldades financeiras em que a *Seara Nova* vivia, mas compreendi depressa que era um mal endémico, e o preço que se tinha de pagar pela sua independência. E foi essa independência e coerência que me levou a escrever. Desmentir a propaganda do «Estado Novo» e denunciar a política anti-social da ditadura.

Deveria ser um tema — pensava eu — em que a evidência por si só fosse acusatória, portanto convincente e, assim, pudesse ter o maior impacto junto da opinião pública. Elaborei muito rapidamente esse trabalho que intitulei *A Indústria Portuguesa e o Condicionamento Institucional*, assinando-o com o nome de «Pinto de Almeida».

«Era fatal que a actividade independente da *Revista de Economia*, no domínio da informação, reveladora de novas terapêuticas, sendo incómoda à vida do regime e aos poderes constituídos, viesse mais tarde ou mais cedo a ser vítima da polícia política, a PIDE. E assim aconteceu: esta, sem mais nem menos, meteu dentro da prisão oito dos principais elementos da redacção.»

O trabalho foi lido por Lopes Cardoso e Mário Ruivo, então redactores activos da *Seara Nova*, e também por Câmara Reis, que logo o mandou publicar. E resultou, em termos políticos e financeiros.

A tese aí defendida, conceptualmente correcta e bem fundamentada, ganharia se tivesse sido discutida previamente e fosse mais cuidada em termos de redacção. De todos os modos, é ainda hoje actual. Aponta a causa de fundo que gera hoje os obstáculos à nossa integração fácil na CEE, pelos desníveis em que se encontram entre si os diversos países que a compõem e as diferenças de velocidade que registam no seu desenvolvimento.

P — O que o levou ao exílio? Foi esse o percurso de uma geração de intelectuais?

R — Bem, eu saí da prisão no fim de 1960, sem um tostão na algibeira. Felizmente, que a minha mulher trabalhava e os meus sogros consentiram que vivêssemos em casa deles. Com a prisão extinguiu-se o meu estatuto de funcionário público. A minha vida sofreu então profundas alterações, que me levaram a lançar mão de tudo para ganhar o pão de cada dia.

Confortava-me sentir à minha volta uma certa solidariedade. De quando em quando aparecia-me trabalho, uma ou outra tarefa que me dava algum dinheiro. Foi assim que o Prof. Henrique de Barros me convidou para elaborar um estudo sobre preços agrícolas; a firma Fonseca & Seabra pediu-me parecer sobre a organização da sua empresa; uma outra solicitou-me um estudo de mercados e, finalmente, fui convidado por Vieira de Almeida para organizar e dirigir o Gabinete de Estudos do Banco Português do Atlântico, que aceitei.

Aconteceu, porém, que havia também solidariedade lá fora. Fidelino Figueiredo (filho) na CEPAL e Jorge Alarcão na FAO estavam empenhados em ajudar-me. E conseguiram, e de tal maneira, que quando enviei àquele um telegrama comunicando que já havia arranjado colocação condigna e que profissionalmente me satisfazia, eis que recebo um telegrama de Washington a dizer-me que tinha sido convidado para fazer parte de uma equipa de técnicos coordenada pela CEPAL, para actuar na América Latina na área do desenvolvimento económico. E, logo a seguir, em resposta ao meu telegrama, Fidelino Figueiredo telegrafou-me aconselhando-me a aceitar a missão, bastante interessante para mim, segundo ele, e porque nela se haviam comprometido algumas chancelarias.

Nestas condições, pareceu-me conveniente aceitar a missão e recusar, portanto, a oferta do Banco. E parti para a América (1962), rumo a Santiago do Chile, sede da CEPAL (Comissão Económica para a América Latina), para um *briefing* e dali segui para o Paraguai e depois Uruguai e ainda para Santo Domingo, onde fui surpreendido pela invasão das forças armadas dos Estados Unidos e evacuado por helicóptero para um porta-aviões norte-americano, desembarcando dois dias depois em Porto Rico. Três anos mais tarde, convidaram-me para trabalhar na FAO, onde permaneceria cerca de dez anos, cumprindo várias missões técnicas na América Latina, África do Norte e Roma, sede daquela Organização Técnica das Nações Unidas.

Quando me propunha seguir para a Venezuela, a fim de realizar a minha última missão, rebentou em Portugal o Movimento do 25 de Abril, que me obriga a abandonar a FAO e regressar definitivamente ao País para participar nas transformações da sociedade portuguesa, que eu esperei ano após ano, sem acontecer, durante cerca de 40 anos... e que o *trottoir* de semiluxo das minhas funções de técnico internacional nunca fez esquecer.

De facto, o que se passou comigo foi um autêntico exílio que, ao contrário do de meu filho, que depois me acompanhou lá fora, devido também à persegui-

ção policial, com um exílio imposto, o meu fora forçado. Salazar depois de me ter retirado o trabalho, de me ter preso perto de dois anos, privou-me de todas as liberdades e direitos cívicos, políticos, económicos e sociais.

Na mesma situação do que eu, encontrei lá fora um conjunto de homens válidos, portugueses e espanhóis, de várias tendências políticas, todos vítimas do fascismo ibérico. Lá encontrei Jorge Alarcão, Mário Ruivo, Ramos da Costa, Egmídio Cadima, Tito de Morais, Lopes Cardoso, Piteira Santos, Rui Luís Gomes, Rodrigues Lapa, Pedro de Almeida, Barbosa Silva e tantos outros.

P — Após o 25 de Abril volta a Portugal e participa no Governo; como foi?

R — Com o 25 de Abril, fui reintegrado no meu antigo posto (inspector-chefe) e, a seguir, por convite de Mário Ruivo (Secretário de Estado das Pescas), tomei posse do cargo de director-geral da Direcção-Geral do Planeamento e Fomento das Pescas. Quando aquele, no V Governo Provisório, foi empossado de Ministro dos Negócios Estrangeiros, foi-me dada aquela Secretaria de Estado.

Devo confessar que falar aqui desse período tão rico em transformações e acontecimentos seria impossível. As dificuldades, os entusiasmos, as resistências, as reivindicações, as reuniões ruidosas, as soluções, os ajustamentos, os erros, os choques, a sabotagem, a intriga, ameaças, etc., etc., tudo isto, ou parte disto, uma fracção que fosse de todo este intenso e desgastante período, seria por si só objecto de outra entrevista.

P — Como surge depois à frente da *Seara Nova*?

R — Como disse atrás, cumprida a prisão, logo Câmara Reis me convida para colaborar na revista *Seara Nova*, o que para mim fora uma honra. Nela deixei algumas páginas escritas. Do estrangeiro enviei uma ou outra nota que ali foi publicada. Recordo-me da Revolução da República Dominicana, sobre a qual enviei uma crónica. Em 1974, quando regresssei a Portugal com o 25 de Abril, fui convidado pela própria redacção da *Seara Nova* para apresentar uma proposta de redacção unitária, cuja composição equilibrada satisfizesse as

várias tendências políticas que nela então se inseriam (socialistas, comunistas, independentes, etc.).

Missão difícil que, de imediato, não me apercebi, e aceitei. De repente verifiquei quanto estava afastado do processo político português.

Gente nova que não conhecia, novas forças políticas de que ignorava a sua amplitude, incompatibilidades encrespadas, guerra declarada, diferente daquela que conheci noutros tempos, em 1960/62. Por essa altura a dimensão dos diferendos definia-se por uma guerrilha interna, que era prontamente desfeita face ao perigo exterior da PIDE.

Esta erosão interna urgia fosse contida, mediante soluções conciliatórias, a fim de evitar confrontações dentro da Esquerda, a todos os títulos contra-indicadas, porque poderia afectar a unidade possível e prejudicar a democracia, que se queria construir e que a queda da ditadura reclamava. E trabalhei nesse projecto de conciliação, com o qual me identificava.

Eram decorridos talvez quinze dias, após o começo desta minha missão, quando, inesperadamente, me comunicaram que a minha tarefa já não era necessária, porquanto o grupo seareiro do PCP havia adquirido um lote de acções da empresa que publicava a *Seara Nova*, o que lhe dava maioria, e, daí, o seu domínio sobre a direcção e a redacção da revista.

A maneira como me comunicaram esta notícia desgostou-me bastante. E abandonei a missão a meio, o que significava o fim de um belo projecto. Projecto que se apoiava em princípios básicos democráticos, de que a Esquerda seria beneficiária a médio e a longo prazo, e que a *Seara Nova* seria garante. Vivia-se então um clima de triunfo.

Um pouco mais tarde, fiz o meu reparo por escrito junto de um alto funcionário do PCP, procurando uma satisfação pela forma como fora tratado, e a *Seara Nova* também. A resposta, tanto em termos pessoais como em termos políticos e de estratégia, não foi satisfatória. E o tempo passou...

Em 1978, porém, com a *Seara Nova* em nítida queda, a sua direcção, surpreendentemente, abordou-me, convi-

dando-me para exercer o cargo de director, o que recusei.

Aconteceu, no entanto, que fui envolvido por não sei quantas pessoas e amigos pedindo-me que aceitasse o convite, a fim de salvar a revista e a sua inestimável função cívica de informar e formar cidadãos. E acedi mais uma vez.

Utilizando grande parte da direcção anterior (os administradores) e da sua redacção, procurei relançar a revista, deixando a actividade editorial para trás, mas aquela estava, de facto, ferida de morte. Os custos subiam sem cessar, os encargos administrativos (com cerca de 20 empregados) e as dívidas acumulavam-se dia a dia. As despesas excediam em muito as receitas, que declinavam a olhos vistos. Estas dificuldades deterioravam o ambiente interno da empresa e corroíam a confiança entre os empregados.

Por outro lado, a viragem política operada no País (1976), a concorrência no mercado e também o isolamento político da revista limitavam a distribuição da *Seara Nova*, que, de cerca de 23 000 assinaturas existentes em 1974, passaram em 1978 para menos de 9000.

A *Seara Nova* como empresa não aguentava mais e acabou por cair. Para não perder o direito ao título, publicava, por mero instinto de conservação, em cada ano, um número simbólico da revista.

P — Na nova *Seara Nova* é a mesma geração de intelectuais que volta a reunir-se? É a retoma do projecto *Seara Nova*?

R — Eu julgo que em relação à nova *Seara Nova* dá-se algo de interessante. As pessoas que arrancaram esta publicação no Verão de 1985 são, cronologicamente, mais ou menos da mesma geração que as pessoas que mantiveram a velha *Seara Nova* até ao ano de 1973. Isso não impediu que essas mesmas pessoas se tivessem reunido para reproduzir os valores intemporais, sempre novos, da *Seara Nova*, embora se compreenda que seja muito difícil o velho, que são as pessoas da minha geração, reproduzir em condições novas o novo.

De resto, a *Seara Nova*, antes do 25 de Abril, exibiu várias direcções e influências, que transmitiram imagens diferen-

tes à revista, ao longo dos seus mais de 60 anos de existência, mas sempre num contexto de clara independência e rebeldia ao *statu quo* e de oposição crítica às injustiças, às desigualdades e ao atraso.

É evidente que a situação que hoje se vive é completamente diferente daquela que se vivia há um bom par de anos atrás. Não há uma ditadura, mas há uma democracia em formação, ou melhor, formal, continuando a haver pobreza, analfabetismo, discriminação entre homens e mulheres, etc. Sem sermos rigorosos, da fase imediatamente anterior, entre 1974 e 1978, radical, fechada ideologicamente e triunfalista, a nova *Seara Nova* faz questão em ignorá-la. Das anteriores fases a esta, a revista procura conservar o seu espírito apartidário, unitário, aberto e de intervenção crítica e cultural.

Em resumo, a nova *Seara Nova*, vivendo hoje em condições diferentes das existentes no tempo de Salazar e do poder repressivo, teve forçosamente de ajustar-se, captando a modernidade, buscando alvos que sirvam o homem de hoje e uma sociedade progressista, e neste sentido pautando a sua acção e postura com referência às constantes que prestigiaram a velha *Seara Nova*, desde 1921, data de sua fundação.

P — Passando às grandes questões da actualidade internacional: como vê, à luz da sua formação e experiência política e profissional, os eventos em curso na cena internacional?

R — A pergunta que me coloca é altamente embaraçosa. Já em meados de 1988 fui tentado a escrever sobre o assunto e escrevi alguma coisa na *Seara Nova*, com o título que, em síntese, poderia ser uma resposta válida à sua pergunta: «A “perestroika” — viragem para uma nova etapa histórica».

Mas vou responder-lhe.

Nessa ocasião dei já relevo à grande força das razões e ideias transmitidas pela *perestroika* e ao insólito e provocador de suas propostas contra tudo que estava estabelecido e o clima de terror então existente.

Disse, nessa altura, de forma esboçada, que o instável equilíbrio estabelecido, sob aquele medo-poder na totalidade do planeta, Leste-Oeste e Norte-Sul,

seria mexido por via daquela iniciativa soviética, mais tarde ou mais cedo, em benefício do homem e da paz.

Vivia-se assustado numa ordem que contava mais de 40 anos de idade, que emitia a cada instante sinais de angústia e de esgotamento, naturalmente, por isso, propícia para produzir o milagre: a tentação de ouvir as propostas de Gorbatchov, carregadas de sinceridade, de evidências e de muita esperança.

Propostas que, no contexto internacional, logo a curtíssimo prazo começaram a produzir efeitos, com soluções como o INF (acordo para a limitação de mísseis de médio alcance), que conduziram ao desanuviamento e à convivência pacífica e construtiva entre as grandes potências nucleares. Ventos de paz, que depressa tomaram todo o mundo. É evidente que por se tratar de uma superpotência, com peso determinante num dos pratos da balança do equilíbrio planetário, estas propostas-soluções iriam certamente bulir com o poder do outro prato da balança (Estados Unidos), em particular e imediatamente no âmbito militar.

Esta superpotência, sofrendo os efeitos perniciosos do peso das despesas militares sobre a sua economia (Orçamento do Estado, dívida pública, balança comercial, desemprego, etc.), tornava-se particularmente sensível à mensagem da *perestroika*. E tanto mais quanto a sua política armamentista envolvia efeitos redutores na sua posição de líder do mundo capitalista. Porque, entretanto, o Japão e a CEE, mais ou menos libertados desses encargos bélicos, criavam uma indústria, nova tecnologicamente, e floresciam, tornando-se cada vez mais sólidos e autónomos no quadro económico internacional.

Mas os efeitos da *perestroika* podemos dizer que são universais, embora por razões óbvias afectassem mais directamente a Europa dos 12 (CEE) que, neste momento, se encontra em sobresalto, sob a pressão dos acontecimentos produzidos a Leste. Grandes turbulências com sérias implicações sobre a estrutura e os estatutos da CEE e a política de Ialta e de Helsínquia, mexendo portanto com problemas como a unidade nacional, a segurança europeia, a distri-